



ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA: traços de uma trajetória paralela

Débora Araújo Fernandes
Mestranda em Ensino de História
UFT
daraufjof@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho trata do Ensino de História no Pará durante as primeiras décadas do século XX. É um campo de investigação que aos poucos começa a ser valorizado, pois coloca o ensino da História como centro das preocupações dos intelectuais da área. Sabe-se que durante muito tempo, talvez desde o reconhecimento da história como disciplina no século XIX, os profissionais da área se preocuparam muito mais com a metodologia da pesquisa em História e sobre os pressupostos que fundamentam essa “ciência” do que propriamente com a “didática da História”. Assim, em todas as “correntes históricas” as perguntas que orientaram os historiadores são: o que é história? Quais são seus métodos, procedimentos e fundamentos? Percebe-se, porém, que aos poucos a dicotomia entre ensino e pesquisa foi sendo rompida e os historiadores começaram a se perguntar para que ensinar História? Este texto se propõe a analisar a trajetória da História como disciplina escolar no Brasil na Primeira República (1888-1930), desvelando papel das instituições oficiais de pesquisa em História, em especial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico Paraense (IHGP), no direcionamento do ensino da História.

PALAVRAS-CHAVES: ensino de História; historiografia escolar; Primeira República.

INTRODUÇÃO

O século XIX se constituiu como um marco para a pesquisa e o ensino de História. Foi o século de afirmação da História como ciência, campanha empreendida, especialmente, pela escola metódica alemã, dita positivista; no rastro desse evento foram criados os institutos oficiais de pesquisa em História, em sua grande parte, vinculados com a área da Geografia, e que tinham, como uma de suas funções, promover a pesquisa histórica dotada de um caráter científico.

A entrada da História no hall das disciplinas científicas tornou-a uma especialidade passível de ser ensinada nas instituições educacionais desse momento, compondo o currículo das humanidades clássicas, contribuía para a formação humanista das crianças e jovens que frequentavam os estabelecimentos de ensino. Além disso, Magalhães (2009) evidencia a função cívica do ensino de História desse período que colaborava para fundar uma unidade nacional e um sentimento de pertença ao Estado-Nação.

O século XIX também marca profundas transformações no contexto histórico, político e social brasileiro. Na primeira metade do século, tivemos a independência política do Brasil e a



implantação do regime monárquico, ocorrendo vários movimentos sociais de contestação à ordem vigente. Nas últimas décadas do XIX, podemos citar eventos como a abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889). Todas essas transformações colocavam em questão a necessidade de afirmação de uma identidade brasileira. A História e seu ensino são impactados pela necessidade de construção de um modelo de nação.

Nesse sentido, nos propusemos a analisar a trajetória da História como disciplina escolar no Brasil durante a Primeira República (1889-1930), com especial atenção para o papel das instituições oficiais de pesquisa em História, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico Paraense (IHGP). Sendo que, este trabalho se insere na pesquisa sobre o Ensino de História durante a Primeira República no Pará, apresentando o levantamento preliminar da bibliografia relativa ao tema.

A História do Ensino de História é um campo de pesquisa que os historiadores ainda estão tateando, como demonstrou Bittencourt (2011) ao fazer um levantamento das produções acadêmicas que elegeram essa temática como objeto de investigação entre os anos de 1988 e 2009. Percebe-se que existe um distanciamento entre a História pesquisada na academia e a História ensinada na escola, ou seja, entre pesquisa e ensino em História¹. Recorremos ao percurso traçado pelo ensino de História no Brasil observando que em cada período histórico existiram objetivos específicos para o ensino dessa disciplina, pois como disse Cerri (1999, p.139):

os objetivos da disciplina também são históricos, do que resultaria absurdo discorrermos sobre os mesmos de maneira universal e genérica, descarnada de um contexto sócio-temporal específico. Ainda que em quase todos os programas e currículos o objetivo da disciplina apareça como “formar o cidadão”, a verdade é que este “cidadão” também muda com o tempo e o espaço.

Consideramos que a afirmação da História enquanto ciência foi um pressuposto à sua instituição como disciplina escolar e que concomitante a isso foram criados os institutos oficiais de pesquisa em História, surge então a questão de como os Institutos Históricos e Geográficos se

¹ Ao analisar o caso alemão, Rüsen observou que as questões relativas ao ensino de História foram relegadas à Didática Geral, suprimindo o desenvolvimento do aprendizado histórico balizado na própria teoria da História. Sobre isso ver: RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.



relacionaram com os objetivos do Ensino de História no Brasil até o fim da Primeira República? Qual a relação entre a produção de livros didáticos, os métodos de ensino de história e a formação de professores nesse período?

Partindo dessas problemáticas, tratamos do processo de instituição da História como disciplina escolar no Brasil e a interferência do IHGB, evidenciando as funções e os percalços do ensino de História durante a Primeira República no Brasil, além do papel do IHGP na relação entre pesquisa e ensino de História no Estado do Pará.

SÉCULO XIX: o ensino e a pesquisa em história despontam no Brasil

Num estudo recente, Schimdt (2012, p.78) propôs uma periodização da História do Ensino de História e afirmou que “a construção do código disciplinar da História no Brasil tem como marco institucional fundador o Regulamento de 1838 do colégio D. Pedro II, que determinou a inserção da História como conteúdo no currículo”. Assim, encontramos o espaço embrionário do ensino de História no Brasil, que vai se desenvolver num contexto de construção e consolidação do Estado brasileiro, tornando-se um instrumento para a formação de uma identidade nacional.

A partir daí, a História estará presente tanto no ensino primário, como no secundário. Sendo que, Bittencourt (2008) aponta que o ensino de História nas escolas de “primeiras letras” desde o início da organização do sistema escolar estava voltado para a formação moral e cívica dos sujeitos e o ensino da História Sagrada ainda predominava sobre o de História laica. No entanto, no nível secundário já era possível observar uma melhor estruturação da disciplina, com programas de ensino definidos e a produção de compêndios escolares.

Paralelo a implementação do ensino de História no colégio D. Pedro II, foi criado o IHGB, que tinha dentre as suas finalidades pesquisar, organizar e selecionar os acontecimentos do passado para construir a História da recente nação. O ensino de História nas escolas brasileiras manterá fortes vínculos com o IHGB a partir de então, especialmente porque os membros do Instituto eram também professores no D. Pedro II e os programas de ensino deste colégio eram utilizados como modelo pelos demais. Além do que, enquanto o colégio Pedro II fora criado para formar os futuros dirigentes da nação, cabia ao IHGB fazer a genealogia desta nação e disseminar



através do ensino de História um sentimento de pertencimento que contribuísse para forjar uma identidade nacional.

Sobre esta ligação entre as duas instituições Abud (2009, p.30) diz que, “o Pedro II e o IHGB representavam, na segunda metade do século XIX, as instâncias de produção de um determinado conhecimento histórico, com o mesmo arcabouço conceitual e problematização”, a autora afirma isso considerando que as propostas de Karl Philipp von Martius - o vencedor de um concurso promovido pelo IHGB sobre como se deveria escrever a História do Brasil² - influenciaram os sócios do IHGB, que pesquisavam a História Pátria, e também os programas de História do Brasil e a produção didática do período.

No entanto, Bittencourt (2008, p. 79) faz uma ressalva quanto a isso dizendo que “a História do Brasil dos programas curriculares e dos livros didáticos possuía o mesmo arcabouço, mas, na prática escolar, paradoxalmente, foi um conteúdo complementar na configuração de uma identidade nacional”, pois predominava nas instituições escolares de nível secundário o estudo de História Geral; a História da Pátria aparecia como um apêndice da História da Europa, berço da civilização e do progresso. Exemplo ao que Abud (2009) e Bittencourt (2008) se referem são os compêndios escolares “Resumo de História do Brasil” e “Compendio da História do Brasil”, de autoria de Bellegarde e Abreu e Lima respectivamente. Nestas produções os autores

Ensinarão à elite imperial, num período (1831-1840) decisivo na definição dos rumos do processo de consolidação da Monarquia constitucional, que a História Nacional aparece no interior das grandes nações, no processo civilizatório da humanidade. O Brasil estava na linha do tempo da modernidade, no processo de constituição das nações europeias ele é descoberto e integrado ao mundo civilizado pelo colonizador português (TOLEDO, 2005, p.07).

No primeiro livro, a História da Pátria obedece a uma periodização que segue os eventos políticos, conforme propostas do IHGB. Na segunda, é evidenciada a importância de índios e negros para a formação do povo brasileiro, de acordo com o que Martius havia enfatizado nas suas proposições de como se devia escrever a História do Brasil. Vale ressaltar também, que o

² Segundo Fonseca (2003), o modelo proposto por Martius apresentava a formação do povo brasileiro a partir da mistura de brancos, índios e negros. Mas, enfatizava o papel dos europeus no processo que levaria o Brasil a se assentar entre as nações civilizadas.



autor desta última era membro do instituto desde 1839 e acompanhava de perto as discussões inerentes à construção de uma história nacional.

Ainda que sejam visíveis as influências do IHGB nessas produções didáticas, segundo Toledo (2005) elas ainda não representavam o modelo historiográfico do instituto, pois apenas a partir da década de 1860 que as produções didáticas nacionais passaram a sofrer interferência direta do mesmo. A autora cita como exemplo a publicação de “Lições de História do Brasil” (1861), de autoria de Joaquim de Manoel Macedo. Nessa obra, altamente influenciada pela historiografia do IHGB, havia a tentativa de homogeneizar o passado nacional e alocar o Brasil entre as nações civilizadas que marchavam rumo ao progresso, permitindo as elites imperiais conviver com as contradições internas e construir uma imagem positiva de si mesmo.

A ESCRITA E O ENSINO DE HISTÓRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: necessidade de novas abordagens metodológicas

No final do século XIX, ocorreu a mudança de regime político no Brasil; no entanto, como demonstrou Cabral (2010, p.01) “com o advento da República a disciplina História (...) manteve o seu eixo central que era a construção de uma memória nacional que contribuísse na formação da nacionalidade e da identidade nacional, só que agora dentro dos moldes republicanos”. Desse modo, surgiu a necessidade de rever os objetivos e métodos do ensino de História e a própria historiografia.

Acompanhando um movimento de expansão da educação escolar, num momento em que os dirigentes da nação passaram a atribuir fundamental importância a educação, como sendo um dos pressupostos para alavancar o desenvolvimento do país, o ensino de História Pátria se faz presente nas escolas primárias difundindo ideais cívico-patrióticos entre os mais jovens. Um dos principais veículos desses ideais eram os livros de leitura, obras que faziam parte da literatura escolar do período, com a finalidade didática de promover o aprendizado da língua nacional, voltadas para a formação moral e psicológica do indivíduo e difusor de valores cívicos e sentimentos patrióticos.



No nível secundário o ensino de História mantém essa função cívica, sendo destinado atuar na formação do cidadão republicano. Para esse nível as produções didáticas acompanham as renovações da historiografia. Embora alguns manuais didáticos do período imperial ainda continuem sendo referências para o ensino de História é possível observar críticas mais contundentes ao modelo historiográfico vigente neste período.

Segundo Gontijo (2006) o IHGB ainda continuava dar a tônica aos estudos históricos nas primeiras décadas republicanas, mas também havia determinadas redes de sociabilidade, reunindo estudiosos de formação e atuação diversificada, que contribuíram para assentar práticas historiográficas que buscavam a objetividade das pesquisas históricas alinhadas com métodos científicos de investigação, sem deixar de atender as demandas do campo político que necessitava impor um ideal cívico-patriótico.

Caldas (2005) em seu estudo sobre o livro escolar “História do Brasil” (1900), de João Ribeiro, demonstra bem isso. O autor – que era professor do Colégio Pedro II e tornou-se membro do IHGB em 1915, também era jornalista, gramático, poeta e crítico literário - conseguiu marcar a sua obra através da renovação historiográfica que agradou o público a qual fora destinado e os intelectuais da área por apresentar uma elogiável capacidade de síntese e propor uma nova interpretação histórica ao passado nacional. Assim,

A proposição metodológica de João Ribeiro tinha como fundamento a ênfase nos aspectos culturais e a consideração de uma multiplicidade de fatores na explicação dos eventos históricos, entre eles os processos sociais.

(...)

João Ribeiro procurava fugir do modelo de Ranke, que conferia centralidade ao Estado na condução dos eventos históricos. Tal perspectiva diferenciava Ribeiro da geração anterior de historiadores, ainda que não assinalasse uma total ruptura (CALDAS, 2005, p. 39-40).

Conforme assinalou Caldas (2005) o livro de Ribeiro inova não apenas na abordagem historiográfica, mas também na apresentação do conteúdo que tenta romper com a interpretação factual dos eventos históricos e oferece uma visão de conjunto da história nacional. De acordo com Gontijo (2006, p.03) esta era uma das demandas do regime recém-implantado, que buscava



assentar uma História e um ensino que “deveriam contribuir para a integração do povo brasileiro de modo a fundamentar a nova nacionalidade projetada pela República”.

Se os conteúdos a serem ministrados nas aulas de História do Brasil são revisados a partir de novas abordagens metodológicas, existe também uma necessidade em se rever os métodos adotados para o ensino dessa disciplina. Bittencourt (2008) demonstra que, desde o início, o ensino de História nas escolas primárias e secundárias se dava seguindo métodos mnemônicos, que estimulavam uma memorização mecânica dos conteúdos; e, a partir do final do século XIX, tais métodos passam a ser questionados, dentre outros meios, pela teoria educacional.

Acompanhando esse processo, intelectuais e educadores brasileiros publicaram duras críticas à metodologia empregada no ensino de História no Brasil durante a Primeira República. Em 1917, é lançada a obra “Methodologia da História na aula primária”, escrita pelo professor Jonathas Serrano da escola normal do Rio de Janeiro. De acordo com este autor

Como nas classes elementares o método biographico e anecdotico é indispensável, cumpre que a mestra possua farto cabedal de episódios interessantes, que logrem prender a atenção da criança. (...)

Por isso vemos communmente quem está desempenhando, sem verdadeira vocação nem preparo pedagógico, difficillima e nobre função de guiar os primeiros passos das crianças no terreno da historia, desobrigar-se, - ou julgar que se desobriga – da rude tarefa, exigindo a repetição decorada de páginas de um manual, epítome ou que nome melhor tenha. Chamam a isso – ensinar historia (SERRANO, 1917 apud BITTENCOURT, 2008, p. 92-93).

Observa-se que Serrano não dispensa o ensino de História da Pátria na escola primária através da biografia de seus heróis, no entanto ele está preocupado com a formação dos professores que atuam nesse nível de ensino e com o método decorativo empregado nas aulas de História. Nessa direção, em 1935 é publicado o livro “A História no curso secundário”, do educador progressista Murilo Mendes, onde ele repudia com veemência “a technica viciosa de sua methodology”, pautada na decoração de datas, eventos e personagens históricos (NADAI, 1993). Ambos questionavam a predominância de métodos de ensino de história baseados na memorização excessiva de conteúdos.



Talvez em parte, isso se desse pela falta de formação específica para o professor de História, pois como demonstrou Silva (2011) a primeira graduação em História foi instituída apenas em 1934 no Brasil. Em virtude disso,

no tocante aos professores, a formação era calamitosa, especialmente do que trabalhava no ensino primário. No secundário, a maior dificuldade era a ausência de especialistas na área, situação relacionada ao momento de delimitação das disciplinas escolares (CALDAS, 2005, p.27).

Então, segundo Bittencourt (2008), na falta de uma formação específica, os manuais didáticos consistiam na principal fonte de conhecimento para os professores de História até a década de 1930; eram também, os principais veículos da metodologia a ser adotada em sala de aula. Tanto que, as publicações que inovam nesse quesito têm boa aceitação entre os especialistas da área, a exemplo daquele escrito por João Ribeiro.

HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO PARÁ DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Considerando a literatura didática como o principal suporte dos saberes veiculado nas escolas durante a Primeira República, trataremos da produção de manuais didáticos no Estado do Pará durante esse período. Coelho (s/d) relata que, a partir do final do século XIX até as primeiras décadas do XX, a produção e editoração de “livros didáticos” com autoria de paraenses foi bastante expressiva, sendo o período de 1890 até 1920 o auge da produção editorial desse tipo de literatura no Pará. Dentre as obras citadas pela autora, as que tratam de temáticas relacionadas à História são: “Paraenses Illustres” (1890), de Raymundo Cyriaco Alves da Cunha; “Noções de Educação Cívica” (1898), de Hygino Amanajás; “Leitura Cívica – apontamentos, história e notícias sobre a Constituição Federal” (1901), de Virgilo Cardoso de Oliveira; “Ensaio de Educação Moral e Cívica” (1928), de Ignácio Moura.

Existia um controle das instituições públicas oficiais sobre a escolha dos manuais didáticos nesse período. Inicialmente, tal tarefa era privativa ao Diretor Geral da Instrução Pública. Mas, com a realização de mudanças na legislação educacional em 1901, o professor pôde escolher o livro que utilizaria em sala de aula, ficando obrigado, ao final do ano letivo, listar as vantagens e os inconvenientes que observou ao utilizá-lo. Para as autoridades isso seria necessário para ajudar



na avaliação dos manuais a serem adotadas pelas escolas públicas, visto que, o Estado estabelecia determinados critérios para aprovar as obras didáticas.

Em vista dessa ampla produção e circulação de manuais didáticos no Pará, Cardoso (2013), buscou demonstrar a relação entre o IHGP e a constituição do corpus disciplinar de História no Pará durante a Primeira República. Para alcançar tal objetivo ela analisou duas obras didáticas produzidas por membros do instituto, a saber, “Alma e Coração” (1900), de Hygino Amanajás e “Apostilas de História do Pará” (1915), de Theodoro Braga, além de citar vários outros manuais, aprovados pela Secretaria de Instrução Pública do Estado do Pará nesse período e que também foram escritos por membros do IHGP.

Segundo esta autora a criação do IHGP, em 1900³, acompanhou a criação de outros IHGs no Brasil e tinha como objetivo “criar uma identidade nacional e colaborar com o processo civilizador através de um dado olhar para o passado, os IHGs criam discursos regionais onde os fatos e vultos dessa História local estavam intimamente associados à História Nacional” (CARDOSO, 2013, p. 54).

Sendo assim, os membros do IHGP, que também se ocupam de outras funções, dentre elas o magistério, estavam sempre acompanhando as discussões em torno da educação – pois, assim como em nível nacional, havia um grande entusiasmo com a educação escolar considerada o principal meio para incluir o Brasil entre as nações civilizadas – e vislumbrando modos de como a História pesquisada podia se tornar ensinável aos mais jovens, dedicando-se a escrita de manuais didáticos.

“Alma e Coração” constituía-se em um livro de leitura adotado no ensino primário. Segundo o próprio autor, teve inspiração numa obra italiana muito utilizada nas escolas públicas do Brasil, no final do século XIX e início do XX, que era “Coração” (1891), de Edmondo De Amicis, tanto que segue a mesma estrutura, um diário de um adolescente que exalta a nacionalidade e

³ De acordo com Cardoso (2013), o IHGP é criado nesse momento, mas permanece praticamente inativo, dado o comprometimento de seus membros com outras atividades, sendo reinstalado apenas em 1917. Esta última data permanece por algum tempo remetendo a fundação do instituto, pois representava a necessidade da criação de um mito de origem ao apresentar a reinstalação do IHGP como homenagem ao centenário da Revolução Pernambucana de 1817.



valorização do patriotismo, assim como a obra italiana. De acordo com Cardoso (2013, p.116) o livro de Amanajás

Estimula nos alunos o amor a pátria e o estudo de História Pátria, necessários para conhecer o passado da nação, seus principais acontecimentos, e o conhecimento de seus heróis com conduta patriótica exemplar, a quem a mocidade deveria se inspirar, por suas ações grandiosas e abnegadas em favor da nação. Recheado de intenção educativa, cívica, patriótica e social, o livro *Alma e Coração* atribui grande valor a família, a escola e ao trabalho, necessários a conduta social do cidadão republicano.

O segundo livro analisado, “Apostilas de História do Pará”, foi escrito atendendo a solicitação da Secretaria de Instrução Pública do Pará, que expressou a necessidade de um manual didático de História Pátria regional. Theodoro Braga lançou-o como parte das comemorações pelo tricentenário da cidade de Belém, fundada em 1616. Exemplo de uma historiografia que ainda não tinha sido superada, Braga apresenta uma História do Pará que começa com a chegada dos portugueses, e a consequente integração da região com a civilização europeia.

Cardoso (2013) destaca que, embora o manual de Braga fosse destinado a alunos e professores, suas colocações estavam muito mais voltadas aos professores, pois suas páginas continham muitos aspectos formativos, como por exemplo, “ao tratar da origem do ensino primário no Pará, a importância do mestre-escola e o papel da mulher na educação”. Ele também trazia propostas inovadoras para o ensino de História naquele momento ao tratar da importância das “reliquias históricas” e da necessidade de um museu na cidade de Belém.

Por fim, a autora destaca que os dois manuais didáticos paraenses, são produzidos em consonância com os acontecimentos do cenário nacional, que através da História e do seu ensino objetivava construir uma memória histórica positiva para o passado da Nação. Para isso existiam mecanismos de controle por parte do Estado, que averiguava quais obras didáticas estavam alinhadas com seu projeto político patriótico e poderiam ser adotadas nas escolas públicas para o ensino de História. E nesse processo

Os Intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, amplamente envolvidos com as questões de seu tempo, contribuíram sobremaneira para construir uma memória histórica para região, tanto através de suas pesquisas nas cadeiras do Instituto paraense, quanto com suas preocupações mais amplas de



construção das tradições nacionais através da elaboração de livros e manuais didáticos, contribuindo para um processo ainda em andamento de constituição e reconstituição da História como disciplina escolar no Pará republicano (CARDOSO, 2013,p.117).

Desse modo, é possível notar que a pesquisa e o ensino de História no Pará mantiveram estreitas relações durante esse período, em função da preocupação que o poder constituído no Estado e os intelectuais do IHGP tinham com a construção de uma História Pátria que não alijasse as peculiaridades da História regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho traçamos um paralelo entre pesquisa e ensino de História no Brasil até a Primeira República, o que nos permitiu perceber que para a institucionalização da História como disciplina escolar, muito contribuiu a atuação dos intelectuais do IHGB, que em grande parte também eram professores no Colégio Pedro II, sendo que, esta influência se estende até o período republicano, de maneira que o ensino de História na Primeira República apresenta ainda os resquícios da historiografia e dos métodos empregados durante o Império.

No que tange ao ensino de História é possível perceber várias demandas para inovar a historiografia escolar e a prática pedagógica, mas como já sinalizamos anteriormente, ainda houve muitas permanências, especialmente na metodologia empregada nas aulas. E quanto a formação do professorado, foi demonstrado que, à exceção daqueles que os produziam, os manuais didáticos eram a principal fonte de conhecimento, inexistindo formação acadêmica para os professores de História, pois os primeiros cursos só foram criados a partir da década de 1930⁴.

Observando o caso paraense, pudemos notar que ainda são incipientes os estudos sobre a História do Ensino de História no Estado, tendo encontrado apenas uma dissertação, que se concentra na atuação dos membros do IHGP e na análise de manuais didáticos para desvelar os caminhos da História escolar durante a Primeira República. Através de tal trabalho se evidenciou a equivalência entre os objetivos para o ensino de História que se tinha nas esferas federal e estadual, e também, que os intelectuais paraenses se comportaram tais quais os seus pares do

⁴ No Estado do Pará, conforme Silva (2011), apenas em 1954 foi criado o primeiro curso de graduação em História, pela Universidade Federal do Pará.



IHGB, produzindo uma História ensinável nos moldes dos valores republicanos, acrescida dos acontecimentos regionais.

Considerando a relevância da dissertação de Cardoso (2013), acreditamos que é possível contribuir com esse campo de pesquisa acrescentando às informações já sistematizadas a análise de outros manuais didáticos, de programas de ensino, da documentação escolar ainda disponível em escolas públicas tradicionais e outras fontes que se mostrarem relevantes para a abordagem do tema.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia. Currículo de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber histórico na sala de aula*. São Paulo. Contexto, 2009.

BITTENCOURT, Circe. Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica. In: _____ . *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Abordagens Históricas Sobre a História Escolar*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011.

CABRAL, Maria Aparecida da Silva. *Tensões e Negociações na elaboração do currículo de História na Primeira República*: a constituição do saber histórico. XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca.06 a 10 de setembro de 2010.

CALDAS, Karina Ribeiro. *Nação, memória e história: a formação da tradição nos manuais escolares (1900 - 1922)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2005.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. “Alma e Coração”: o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Constituição do Corpus Disciplinar da História Escolar no Pará Republicano (1900-1920). 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Belém: UFPA, 2013.

CERRI, Luís. Fernando. *Os objetivos do ensino de História*. Hist. Ensino, Londrina, v.5, p. 137-146, out. 1999.

COELHO, Maricilde Oliveira. *O livro didático no Pará da Primeira República*. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3128.pdf>>. Acesso: 10 de jan. 2015.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



GONTIJO, Rebeca. *Historiografia e ensino da história na Primeira República: algumas observações. Usos do Passado - XII Encontro Regional de História*. ANPUH-RJ, 2006.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

NADAI, Elza. *O ensino de História no Brasil: trajetórias e perspectivas*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.13, p. 143-162, set/ago. 1993.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização*. Revista História da Educação, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p.73-91, maio/ago. 2012.

SILVA, Norma Lucia da. *Institucionalização do Ensino Superior de História e Profissionalização Docente no Interior do Brasil – Araguaína, TO (1985-2002)*. 2011. 192f. Tese (Doutorado em História Social) – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2011.

TOLEDO, Maria Aparecida. *A disciplina de História no Império Brasileiro*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.17, p.1-10, mar. 2005.